



## NOTAS SOBRE A ATUALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO PARTINDO DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA (EFA) NO SUDOESTE DA BAHIA

### NOTES ON THE PRESENT OF THE AGRARIAN QUESTION IN FIELD EDUCATION FROM THE SCHOOL FAMILY AGRICULTURE (EFA) IN SOUTHWEST OF BAHIA

Guilherme Matos de Oliveira – UESB – Vitória da Conquista – Bahia – Brasil  
[ggui995@gmail.com](mailto:ggui995@gmail.com)

#### RESUMO

Este artigo tem como objetivo evidenciar a atualidade da questão agrária nos espaços da educação do campo, sendo campo empírico de estudo a Escola Família Agrícola (EFA) no Sudoeste do estado da Bahia. Para tanto, num primeiro momento buscamos sistematizar a análise sobre a territorialização da questão agrária no campo brasileiro e baiano, nos ancorando em discussões feitas por Souza (2008), Oliveira (1991 e 2007), dentre outros; e num segundo momento busca-se compreender a organização e expansão da educação do campo nestes territórios por meio da EFA pelos textos de Ribeiro (2010), Almeida Pinto (2014) e da UNEFAB (2018). Desse modo, partindo de uma leitura dialética das contradições expressas pela materialidade das relações sociais no espaço camponês e a importância da educação do campo nesse processo, nos propomos à busca do entendimento desta realidade mediante o presente texto.

**Palavras-chave:** Camponeses. Educação. EFA. Questão agrária. Trabalho.

#### ABSTRACT

This article has as its objective to highlight the of the agrarian question in the spaces of field education, being an empirical field of study the School Family Agriculture (EFA) in the southwest of the state of Bahia. Therefore, in a first moment we seek to systematize the analysis of the territorialization of the agrarian question in the brazilian and bahian fields, anchoring us in discussions made by Souza (2008), Oliveira (1991 and 2007), among others; and in a second moment we seek to understand the organization and expansion of field education in these territories through EFA through the texts of Ribeiro (2010), Almeida Pinto (2014) and UNEFAB (2018). Thus, starting from a dialectical reading of contradictions expressed by the materiality of social relations in the peasant space and the importance of field education in this process, we propose to seek the understanding of this reality through the present text.

**Keywords:** Peasants. Education. EFA. Agrarian Question. Labor.

## INTRODUÇÃO

O contexto atual da questão agrária brasileira se sistematiza em inúmeras lutas travadas pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo, seja pela terra, por água, por melhoria nas condições de saúde, dentre outras tantas reivindicações que são inerentes

---

às necessidades destes sujeitos, cuja centralidade evoca a manutenção dos seus valores enquanto camponeses, e que encontram nos seus territórios a possibilidade de se garantirem socialmente. Contudo, percebe-se que as nuances forjadas pelo sistema do capital são constantemente impostas à essa realidade, na qual vem sendo duramente atingida pela expansão do agronegócio no processo de mundialização da agricultura e, conseqüentemente, provocando conflitos e gerando contradições; sendo que desse modo o território vem sendo produzido diante desta lógica.

Não se foge dessa realidade a dimensão educacional, uma vez que esta faz parte das reivindicações das famílias que estão no campo e sentem a necessidade de que as crianças, adolescentes e jovens – através do processo de ensino e aprendizagem construídos dentro e fora das escolas do campo – possam contribuir na reprodução da vida camponesa e no enfrentamento ao modo de produção atual, haja vista que mesmo no andamento de sua construção pedagógica coletiva, suas ações também acabam sendo penalizadas pela ideologia e ditames do sistema econômico vigente.

Desse modo, o objetivo desse trabalho pauta-se em evidenciar as trajetórias de luta da Escola Família Agrícola (EFA) no Sudoeste da Bahia, sendo que seu projeto pedagógico se ancora na alternância entre casa e escola, dinâmica esta que tem sido reconhecida pelos pais dos jovens que vivem no campo, uma vez que sua ação pedagógica vem contribuindo, de forma plausível, nas estratégias e na organização da luta frente à dinâmica capitalista no campo; na melhoria das condições de vida e de trabalho na terra, bem como na aquisição de conhecimentos, tanto no universo científico quanto de prática no espaço agrário.

## **METODOLOGIA**

Seguimos alguns passos metodológicos para a feitura deste texto, contando com o arcabouço teórico de autores que refletem sobre a temática em questão, a exemplo de Almeida Pinto (2014), Souza (2008), dentre outros autores; pesquisa documental e de campo em uma unidade da EFA no Sudoeste da Bahia. Destarte, num primeiro momento analisamos sobre os processos que versam sobre a questão agrária em diversas de suas trincheiras territoriais no Brasil. Posteriormente, elucidaremos a

---

trajetória da EFA desde a sua gênese até a sua presença no Sudoeste da Bahia, ao passo que finalizamos este artigo tecendo algumas considerações.

### **QUESTÃO AGRÁRIA: DA REALIDADE BRASILEIRA AO SUDOESTE BAIANO**

Analisando a teoria produzida na Geografia Agrária brasileira, baiana e no Sudoeste do estado, nos propomos a contribuir com as inúmeras reflexões acerca da reprodução social e das estratégias as quais os trabalhadores do campo travam em seu dia-a-dia, contínua luta – em nossa leitura, de classes sociais – uma vez compreendidas dentro da lógica do modo de produção capitalista. De um “lado da moeda”, o capital encontra espaço para a sua reafirmação, por meio do agronegócio, seja mediante à produção de monoculturas que atendem o mercado capitalista internacional, seja desenvolvendo outras atividades que compõem a extração de lucro e renda da terra, em que converte a terra em *locus* de negócio.

Dessa lógica, tem-se no campo um movimento que não mede esforços em destruir, cada vez mais, o “avesso da moeda”: uma massa de trabalhadores que tem na terra a possibilidade de condições mínimas de sobrevivência nas unidades de produção camponesa. Uma das formas concretas de garantia para estas populações se manterem em sua essência camponesa está na educação do campo. Dentre as inúmeras lutas espacializadas no campo brasileiro, tem-se na dimensão educacional uma das vias que contemple socialmente as populações que fazem e produzem o espaço agrário, uma vez que sua perspectiva venha a considerar os sujeitos do campo que compõem esse espaço, compreendendo que:

Apenas a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital. Essa maneira de abordar o assunto é, de fato, tanto a esperança como a garantia de um possível êxito (MÉSZÁROS, 2008, p. 48).

Assim, levamos em conta as abordagens que se respaldam em leituras do campo sob o cunho geográfico, em que neste caso é comum se tratar do termo questão agrária, desvelando as maneiras as quais a sociedade se apropria da natureza; pela terra, e como a ocupação humana se manifesta, seja em populações indígenas,

---

quilombolas, de fundo e fecho de pasto, ribeirinhos, entre outros; e que vão compondo as realidades e relações sociais nos territórios camponeses. Sobre esta questão, Oliveira (2001) pondera que:

A chamada produção geográfica científica no Brasil nasceu, como sabemos, sob a crise mundial do modo capitalista de produção, que levou o mundo à Segunda Grande Guerra. Nasceu também, no que toca às particularidades econômicas do país, num período em que o bloco no poder alterava-se, e as classes dominantes, de origem agrária, perdiam sua posição hegemônica (OLIVEIRA, 2001, p. 8).

A questão agrária, nesse sentido, é constantemente discutida entre os espaços acadêmicos e as demais instituições da sociedade (nas famílias, nos movimentos sociais, entre outros grupos da sociedade), que tem a preocupação de levantar questões acerca da (in) justiça social na distribuição da terra, aos quais são relegadas a quem por direito deveriam estar nelas; bem como nas inúmeras situações em que os trabalhadores do campo têm convivido. Tem-se seu surgimento na Europa, a qual desenvolve o capitalismo a partir da indústria; contudo, em se apropriar da agricultura, o capitalismo visa estabelecer a taxa de composição orgânica da terra (KAUTSKY, 1972).

Num intuito de favorecer o capitalismo industrial, esse processo tende em se ampliar, sendo que, enquanto força de trabalho, homens e mulheres vem sendo constantemente subjugados à condições de miséria, empurrados pelo “rolo compressor” ao extremo da precarização das condições de vida e de trabalho, dentro de um contexto na qual os ideais e ações “pós-modernas” tomam materialidade, expressando a “índole” do capital; este que tem utilizado como precedente alienar, de forma ideológica, os sujeitos que estão envoltos nesse processo de sua expansão, seja na cidade, seja no campo:

O camponês vai se vendo cada vez mais comprimido e, em determinados momentos, acaba não tendo alternativa a não ser vender, temporariamente, sua força de trabalho, como forma de não perder a condição de camponês. Aos que não conseguem sobreviver, o destino acaba sendo o processo de proletarização, sobremodo, nas cidades, onde também vivencia o confronto com novos valores (SOUZA, 2008, p. 146).

Oliveira (2001) aponta que este conjunto de contradições marcantes no processo de desenvolvimento capitalista mostra, também, que o processo na qual o capitalismo tem se expandido no país deriva pelo domínio do trabalhador assalariado em grandes e

---

médias propriedades e no predomínio do trabalho familiar, este camponês, nas pequenas propriedades, também conhecidas por unidades de produção camponesa.

No território brasileiro, a questão agrária compõe-se teórica e politicamente no pensamento econômico na década de 1960 do século passado, colocando a necessidade da implantação da Reforma Agrária, mediante um intenso debate político que envolveu diversas reflexões da intelectualidade da esquerda naquele período, como o Partido Comunista Brasileiro; setores progressistas da Igreja Católica, entre outras instituições. Nessa mesma década, os movimentos sociais pela terra vão se agregando a esse debate, somando e fortalecendo os sujeitos que eram/são expropriados de suas terras, populações estas que vão se engajando na luta nos mais variados recantos do território brasileiro.

Esta luta, que se estende pelos anos, vem agregando não somente os camponeses desprovidos de terra, mas também aqueles que oriundos do campo, constituem-se a população que vive nas periferias dos centros urbanos, pobres, assalariados ou desempregados, expostos as contradições das políticas neoliberais que, continuamente, se desenvolve no país, em nome da chamada “modernização da agricultura” atrelada a contínua mobilidade do capital. Conforme Martins (1995):

Essas lutas se modificaram com o correr dos anos, sobretudo a partir de 1964. A questão da reforma agrária, antes dessa época, tinha sua base social nos arrendatários, parceiros e foreiros, tanto no Nordeste, quanto no Sudeste, ameaçados de expulsão da terra, reduzidos rapidamente a uma relação precária e extorsiva de arrendamento. [...] A multiplicação desses conflitos pela terra fez com que o posseiro se tornasse a principal, embora não a única personagem das lutas camponesas atuais. Com isso, a problemática da reforma agrária, como solução para a questão fundiária, repousa hoje sobre uma base social muito mais diferenciada do que aquela dos anos 50, pois inclui, além de arrendatários e parceiros, os posseiros e até os pequenos proprietários (MARTINS, 1995, p. 10-11).

Dessa forma, há a necessidade de compreender que a luta pela terra não se restringe as questões inerentes à reforma agrária. Ela sempre existiu, é feita e refeita sem necessariamente com um projeto reformista, ou seja, a primeira se realiza independentemente da segunda, pois na prática a luta toma concretude pelos trabalhadores camponeses em conjunto com apoio de vários grupos sociais elencados anteriormente. Nisso, a luta pela terra prescinde e se difere da luta pela reforma agrária.

---

Segundo Souza (2009, p. 9), é partindo de um processo no qual inúmeros trabalhadores do campo se territorializam nos mais diversos rincões do campo brasileiro e, desse modo, são sujeitos que constroem sua história mesmo diante das adversidades impostas pelo capital ao campo, que torna-se necessário destacar as possibilidades de reprodução camponesa na Bahia e, mais especificamente, no Sudoeste baiano, pois:

Ao se analisar comunidades camponesas no Sudoeste da Bahia, tem-se a clareza que não se tratam de realidades que se explicam por si mesmas, mas que fazem parte, nas suas especificidades, de uma totalidade social, que só podem ser explicadas a partir das contradições centrais do modo de produção capitalista e das suas estratégias de desenvolvimento no campo brasileiro, com base na apropriação dos recursos naturais e da força de trabalho humana (SOUZA, 2009, p. 9).

Tomando como central o debate sobre o campesinato e suas formas de reprodução dentro da sociedade capitalista, contradição esta inerente ao modo de produção vigente, e que acaba convertendo em sua lógica o trabalho camponês à garantia de produção e reprodução do capital, assume-se, desse modo, analisar as estratégias nas quais o camponês busca permanecer no campo e se reproduzir socialmente. Partindo desta reflexão, toma-se como necessário compreender, na essência, as contradições que vigoram e ocultam, de forma aparente, a realidade presente no Sudoeste baiano. Nessa perspectiva, cabe elucidar que:

[...] A luta dos trabalhadores sem-terra e dos camponeses no Sudoeste da Bahia espelha uma situação de classe, produto de um processo de expropriação dessa classe e das tentativas de apropriação do produto do trabalho por parte daqueles que controlam grande parte dos instrumentos de produção – os proprietários fundiários (a terra) e os capitalistas (os meios de produção) e só podem ser entendidas dentro dessa realidade (SOUZA, 2009, p. 9-10).

Por meio desta trajetória histórica o Sudoeste baiano, como afirma Souza (2009), tem-se engendrado dentro da divisão social do trabalho, no processo ao qual se materializam formas contraditórias de organização social e relações de trabalho existentes.

Destarte, procura-se entender a maneira na qual se estabelece a apropriação do território, revelando dele as classes sociais envolvidas nos conflitos que aconteceram/acontecem de forma desigual e combinada, no território; remetendo, historicamente, a inúmeros e consideráveis conflitos, não somente pela terra em si, mas

---

também dos meios aos quais a vida camponesa se realiza socialmente. Por isso, torna-se central entender o projeto da EFA dentro de um contexto mais amplo em que a educação se torna evidente e é crucial à um projeto de garantia da vida para os povos que estão no campo e que dele tem a condição de se reproduzirem socialmente.

### **A ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA (EFA): DE OUTRAS FRONTEIRAS AO SUDOESTE DA BAHIA**

Nos debates quanto as propostas de uma educação voltada a realidade e aos valores dos sujeitos camponeses, uma das experiências significativas desse processo se expressa pela Escola Família Agrícola (EFA).

De acordo com Ribeiro (2010) a EFA surge de um modelo de escola francesa composta de jovens filhos de agricultores que não se interessavam pela escola, que oferecia um ensino desarticulado com o modo de vida e de trabalho camponês. Assim, agricultores de Lor-et-Garone, aldeia do Sudoeste da França, com apoio do padre Abbé Granereau criaram a Maison Familiare Rurale (Casa Familiar Rural – CFR) em 1935, cujo modelo de escola se espalhou por vários pontos do globo. Entre as décadas de 1960 e 1970, países europeus como Itália, Espanha e Portugal acolheram este modelo escolar, bem como países do continente africano, asiático e na América do Sul, chegando por último à América do Norte, no Canadá, totalizando mil escolas no mundo (UNEFAB, 2018).

Na América Latina, as primeiras experiências se deram no Brasil e Argentina, ocorrendo de forma simultânea e mantendo relações de intercâmbio, levando a proposta da escola em outros países do continente como: Venezuela, México, Nicarágua, Equador, Uruguai, Chile. Esta expansão promove a necessidade destas escolas se unirem em vista de se manter uma “uniformidade” em suas ações, tanto teóricas quanto práticas, ideal este que tomou concretude por meio da criação de associações em escala regional, nacional e internacional (ALMEIDA PINTO, 2014).

Mediante a figura 1, que apresenta a logomarca da EFA no Brasil, podemos observar este processo escalar numa dimensão global.

**Figura 1 – Logomarca da EFA no Brasil**



**Fonte:** UNEFAB (2018).

Inspirada no modelo francês, a EFA chega ao território brasileiro no início da década de 1960 seguindo a Pedagogia da Alternância, sendo que a mesma é sistematizada em dois períodos mensais de quinze dias, em que os alunos passam os primeiros quinze dias do mês no chamado tempo escola (TE), desenvolvendo tanto estudos teóricos quanto atividades práticas nos espaços da escola e os outros quinze dias passam pelo tempo comunidade (TC) se utilizando de todo o conhecimento recebido na escola para/na produção agrícola.

Advinda da experiência italiana, a EFA no Brasil vem na atualidade contribuindo não somente na formação dos educandos envolvidos em sua proposta pedagógica, mas no despertar que evoca as questões sociais. Esta proposta pedagógica se respalda na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no título V: “Dos níveis e das modalidades de Educação e Ensino”, especificamente no capítulo II, denominado “Da Educação Básica”, seção I, art 23:

Art. 23º. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (BRASIL, 1996, p. 17).

Esta proposta educacional se difundiu pelo Brasil frente aos conflitos e as contradições do período da Ditadura Militar (1964-1985), em que os movimentos sociais

---

camponeses reivindicavam não somente sua permanência na terra e sua reprodução pelo trabalho agrícola, mas sobretudo no acesso à realidade escolar.

Segundo Oliveira (2009), em 1968, no município de Anchieta, sul do Espírito Santo, chega um padre italiano chamado Humberto Pietrogrande, que se compadece com a situação da região, em meio à ditadura militar, pois o campo vivia a perversidade da Revolução Verde, que preparava grandes latifúndios com máquinas e defensivos agrícolas. O padre tinha conhecimento da EFA da Itália, e por meio do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), com apoio da Igreja Católica e da sociedade italiana implantou as primeiras três EFAs brasileiras – que também foram as primeiras a seguirem a realidade da alternância no território brasileiro – sendo que hoje estão especializadas em nível nacional pela União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB), criada em 1982, cuja expansão dessas teve grande influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's).

A UNEFAB tem buscado representar e assessorar institucionalmente estas escolas pelo país, tendo como ação central o fortalecimento de sua proposta pedagógica de alternância, visto que “as EFAs são uma tentativa de resposta aos grandes problemas vividos pelo homem do campo, buscando [...] a valorização da cultura camponesa, promovendo condições necessárias para intervenção de forma consciente no processo de transformação da realidade” (UNEFAB, 2018).

A partir das décadas de 1980 e 1990, acontecem intensas discussões quanto a regularização e funcionamento das escolas, bem como de sua expansão para outras partes do país, sendo fundadas escolas mistas – com estudantes do sexo masculino e feminino incorporados à um mesmo espaço.

Na região Sudoeste da Bahia, segundo Almeida Pinto (2014), seu surgimento aconteceu mediante a aproximação dos padres João Cristiano, Julião e Aldo Lucchetta, que organizam reuniões convergidas à uma Assembleia realizada no município de Riacho de Santana no dia 04 de setembro de 1979, tendo como encaminhamento a criação de uma Associação que contemplasse as escolas do estado baiano ou, ao menos, de forma regional, agregando as associações das escolas locais. Assim, foi-se criada, partindo da iniciativa dos agricultores, religiosos e lideranças das comunidades, a

---

Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA), tendo como sede o município de Ibotirama, assessorando tecnicamente e pedagogicamente às demais escolas.

Em meados dos anos 2000 já se contavam mais de trinta EFAs na Bahia, que ofereciam o Ensino Fundamental, visto que se estabeleceu como demanda a criação de escolas de Ensino Médio e Técnico integrados, como também outras que já possuindo o Ensino Fundamental passaram a oferecer os dois níveis de ensino ou partiram definitivamente ao Ensino Médio. Tendo passado os anos, a faixa etária dos estudantes da escola que se matriculavam na EFA vinham diminuindo, sendo seus alunos cada vez mais novos, aproximando da idade/série: 11 anos/6º ano. Este fato acaba dificultando as inúmeras atividades que são relacionadas à alternância, levando algumas escolas a adotarem o Ensino Médio Técnico. Nesse contexto, houve a possibilidade de alunos que não possuíam sua trajetória escolar na EFA a se integrarem ao seu projeto educacional.

As EFAs da Bahia têm como particularidade possuir duas associações regionais: a citada anteriormente AECOFABA, criada sob estímulo do Padre Aldo, que fundou várias escolas na região Sudoeste e Oeste do estado e que também contavam com seu auxílio no sentido religioso; e a Rede de Escolas Famílias Integradas do Semiárido – REFAISA. Dessa forma, estas escolas funcionam até hoje mediante as orientações advindas destas associações.

Em outras localidades da Bahia, havia EFAs que se encontravam sem filiação, estas escolas foram criadas a partir de diferentes contatos que os envolvidos no processo tiveram. Deste modo, pessoas e instituições vinculadas à primeira Escola Família da Bahia, de Brotas de Macaúbas, resolveram criar uma Associação Estadual que pudesse reunir as escolas que se encontravam desmembradas. Logo, é criada, em 1997, a Rede de Escolas Famílias Integradas do Semiárido – REFAISA, com sede no município de Feira de Santana. (ALMEIDA PINTO, 2014, p. 124).

Esta associação, em sua nomenclatura, propõe a integração as escolas do semiárido, mas vem se compondo efetivamente a partir de afinidades que se estabeleceram mediante o contato de religiosos holandeses, belgas e franceses, bem como de agricultores e lideranças que uniram forças para efetivarem um mesmo projeto pedagógico entre uma escola e outra. Reúne consigo aproximadamente dez escolas, tendo em sua rede municípios como Correntina, no Oeste do estado; Alagoinhas à

---

Nordeste e Japoatã, no estado de Sergipe (esta escola está filiada à REFAISA por ser a única localizada no território sergipano).

Almeida Pinto (2014) coloca que estas duas associações durante um período realizaram suas atividades distantes uma da outra; mas diante das questões conjunturais que giram em torno delas, se uniram para buscar soluções envoltas a regulamentação e à situação financeira delas, uma vez que os recursos vindos da Europa vinham se extinguindo. Temas como currículo e convênios com o poder público estadual para a garantia do funcionamento das escolas, como, por exemplo, no pagamento de funcionários, entre outras demandas, são discutidos entre as associações e os órgãos parceiros.

A AECOFABA possui dezoito escolas, fundadas entre os anos de 1980 e 2006, e contempla vários níveis de ensino escolar: anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e/ou Técnico. A maior parte das EFAs na Bahia estão localizadas nos municípios de: Anagé, Andaraí, Angical, Boa Vista do Tupim, Boquira, Botuporã, Caculé, Itaetê, Licínio de Almeida, Macaúbas, Paramirim, Quixabeira, Riacho de Santana, Rui Barbosa, Santana, Seabra, Tanque Novo e Tabocas do Brejo Velho.

As figuras 2a e 2b evidenciam algumas das atividades pedagógicas desenvolvidas em uma EFA do Sudoeste da Bahia, localizada no município de Anagé-BA, e que faz parte da AECOFABA:

**Figuras 2 e 3 – Aula teórica e Aula prática na EFA de Anagé/BA**



Fonte: Pesquisa de Campo (2017/2018).

Da expansão das EFAs pelo estado, e mais especificamente no Sudoeste da Bahia, percebe-se que este modelo de escola vem se adaptando à realidade na qual se

---

insere, seja mediante as estratégias nas quais seus trabalhos são conduzidos na comunidade, nas parcerias feitas com os movimentos sociais, famílias dos estudantes e demais instituições locais, sendo de grande importância às ações e rumos que as escolas tomam, proporcionando dessa maneira a participação e o envolvimento dos sujeitos que nele se encontram em luta por este projeto educacional, atuantes em defesa de uma educação vinculada às lutas travada no campo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A dimensão educacional, na questão agrária, tem referendado mobilizações de luta e de enfrentamento às armadilhas do capital instauradas no campo brasileiro. No estado da Bahia, os desdobramentos da Educação do Campo são traduzidos nas atividades desenvolvidas tanto pelas instituições públicas de ensino e, sobretudo, pelo trabalho desempenhado pelas EFAs através de sua realidade vinculada ao contexto agrário, sendo que este modelo escolar foi sendo difundido no Sudoeste do estado pela organização e apoio dos movimentos sociais dos camponeses e demais sujeitos locais.

A partir das ações desempenhadas pela EFA, podemos perceber a relevância de sua proposta pedagógica pela experiência da alternância, na qual seus jovens estudantes camponeses vêm buscando – conforme os conhecimentos científicos adquiridos na escola quanto na prática desempenhada nela e fora dela – o fortalecimento e a organização de suas famílias e da comunidade, na qual se inserem os agricultores em suas unidades produtivas, sendo que sua proposta vem sendo reconhecida e acolhida pelos sujeitos locais mediante as diversas contribuições desta escola, consolidadas na produção da vida e do trabalho camponês em vários rincões do território baiano.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA PINTO, Manuela Pereira de. **A Questão Agrária e a Escola Família Agrícola de Riacho de Santana – BA**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

---

BEGNAMI, João Batista (consultor). **Estudo Sobre o Funcionamento dos Centros Familiares de Formação por Alternância no Brasil – CEFFAs**. Edital Público n. 07/13 – SECADI/MEC - Projeto 914BRZ1367. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, Departamento De Educação Para A Cidadania Diversidade e Inclusão, Coordenação Geral de Educação do Campo, junho de 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 16/02/2018.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Porto: Portucalense, 1972 (1899).

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do Capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Marcos Marques de (org). **Vozes e visões do campo**. São Paulo: Petrópolis, 2009.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação**. Liberdade, autonomia e emancipação: princípios/fins da formação humana. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes**. Camponeses em luta pelo território no Sudoeste da Bahia. Tese (Doutorado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGeo). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008.

SOUZA, Suzane Tosta. Luta pela terra e reprodução camponesa no Sudoeste da Bahia. In: **Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**. São Paulo: FFLCH/USP, 2009.

UNEFAB. **Histórico da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil**. Disponível em: <http://www.unefab.org.br/p/historico.html#.WockKMCXFLIU>. Acesso em 16/02/2018.

---

**Guilherme Matos de Oliveira** - Graduado e Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Tem experiência nas áreas de Educação e Geografia, atuando nos seguintes temas: Geografia Agrária, Movimentos Sociais Camponeses, Educação do Campo e Ensino de Geografia. Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Mobilidade e Relação Campo-Cidade (LEAU-UESB/CNPq) e do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais (GPECT-UFS/CNPq).

---

Recebido para publicação em 01 de Agosto de 2020.

Aceito para publicação em 07 de Setembro de 2020.

Publicado em 30 de Setembro de 2020.

